

TJMG

I N F O R M A T I V O

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - ABRIL - 2008
ANO 14 - NÚMERO 126

Rodrigo Albert

Justiça atenta ao problema carcerário

O Conselho Nacional de Justiça lançou resolução determinando a inspeção mensal dos estabelecimentos prisionais pelos juízes de execução penal, já prevista em lei. A medida chama atenção para o assunto, num momento em que o sistema carcerário nacional ganha destaque na mídia – para constrangimento de toda a sociedade –, com os velhos efeitos colaterais de sua estrutura: superlotação, violência e rebeliões. Através das inspeções, os juízes podem verificar as condições dos presídios e oferecer soluções para os seus graves problemas.

Páginas 2, 6 e 7

ENTREVISTA

Desembargador
Jarbas Ladeira

Página 9

CULTURA

Cineclube TJ exhibe filme
de Woody Allen

Página 12

Sistema prisional e responsabilidades

Orlando Carvalho - *presidente*

Imagine o que seria viver num espaço de 30 cm por pessoa, de pé o tempo todo, sem banho de sol; com instalações sanitárias e condições de higiene inadequadas, exalando odor de suor, urina e fezes; em meio à sarna, rubéola, ferimentos e outras doenças, além de ratos e baratas; onde as camas são insuficientes e a comida é asquerosa. Diante desse quadro, as relações são deterioradas, com uma economia peculiar, ditada pela extorsão, suborno e comércio ilegal, com regras impostas pelo crime organizado.

A dura realidade apontada acima é real em delegacias e cadeias públicas, não só de Minas, mas de todo o Brasil. Foi denunciada pela Imprensa (jornal "Folha de S. Paulo", revista "Super Interessante", dentre outros veículos), numa série de reportagens que têm sido divulgadas sobre o sistema prisional brasileiro.

Na revista "Super Interessante", é abordada a questão das organizações criminosas, com eleição de líderes, que chegam a ter poder de "juiz". Entre essas organizações está o Primeiro Comando da Capital (PCC), que controla nada menos que 80% dos presídios de São Paulo, cujos membros se ajudam financeiramente, mesmo quando em liberdade.

A situação do sistema prisional é um legado de muitas administrações públicas e do descompromisso da sociedade com a criminalidade gerada pelo próprio sistema. É comum ouvirmos declarações de pessoas que tratam o crime e o criminoso como algo à parte, a merecerem duros castigos e a insensibilidade dos "cumpridores da lei, honestos e bons". Para refletirmos um pouco sobre isso, vamos recorrer ao sociólogo americano Robert Merton, com sua teoria estrutural-funcionalista da criminalidade, que teve como precursor o francês Émile Durkheim.

Analisando a sociedade americana,

Merton fala do descompasso entre a estrutura cultural, que impõe aos indivíduos o sucesso como meta, e a estrutura social, que nega as mesmas oportunidades para todos. Ele descreve cinco tipos de adaptação, em resposta a essa problemática: o comportamento conformista é o adaptado à situação; a inovação fala de desvio (comportamento criminoso); o ritualismo implica conformidade absoluta com as normas institucionais (apego à posição, como o burocrata conformista); evasão é a saída dos mendigos e drogados, por exemplo; por fim, há os que optam pela rebelião.

Robert Merton avalia que o desvio representa um fenômeno natural da sociedade e, dentro de seus limites funcionais, constitui um fator necessário e útil para o equilíbrio e o desenvolvimento sociocultural. Outro aspecto observado pelo sociólogo é a forma diferenciada como a sociedade trata aqueles que, por meios ilícitos, atingiram status ou sucesso, numa demonstração do que apregoava Maquiavel - "o fim justifica os meios."

Inspirados em Merton, não temos dúvida de que a responsabilidade deve ser assumida pela sociedade inteira, a exemplo do que vem ocorrendo com várias comunidades que adotaram o método Apac (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados). O Governo de Minas tem apoiado o surgimento de Apacs, juntamente com o TJMG, que criou o Projeto Novos Rumos na Execução Penal para disseminar o método.

O Executivo Estadual busca investir também no sistema carcerário convencional e já anunciou que, neste ano, serão aplicados R\$ 4,5 bilhões no setor. É certo que esforços têm sido empreendidos. Porém, finalizando, gostaria de reafirmar que as soluções dependem de todos - das instituições públicas, iniciativa privada e comunidade. E serão tanto melhores e mais efetivas quanto mais evoluída for a nossa sociedade.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Presidente: Orlando Adão Carvalho;

1º Vice-Presidente: Cláudio Costa;

2º Vice-Presidente: Reynaldo Ximenes Carneiro;

3º Vice-Presidente: Jarbas Ladeira;

Corregedor-Geral: José Francisco Bueno;

Superintendente de Comunicação: Alexandre

Victor de Carvalho; **Secretário Especial da**

Presidência: Luiz Carlos Elói; **Secretária do**

Presidente: Sidneia Simões; **Assessora de**

Comunicação Institucional: Goretti Paiva;

Gerente de Imprensa: Wilson Menezes;

Editora e Jornalista Responsável: Patrícia

Melillo - MG 04592JP; **Revisão:** Pedro Jorge

Fonseca; **Diagramação:** Shirley O. Moraes;

Arte da capa: Carlos Alberto Nunes; **Fotolito e**

Impressão: Lastró Editora Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º andar -

Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.gov.br

Ascom TJMG/Unidade Francisco Sales:

31 3289-2520

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

Tiragem: 20 mil exemplares

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.gov.br.

Posses no TJMG

Guilherme Dardanhan



O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Orlando Carvalho, empossou, no último dia 6 de março, os novos vice-presidentes do TJMG, desembargadores Reynaldo Ximenes Carneiro, Cláudio Costa e Jarbas Ladeira, que passaram a ocupar, respectivamente, a 2ª, 1ª e 3ª Vice-Presidências.

Guilherme Dardanhan



No último dia 18 de março, o magistrado Carlos Augusto de Barros Levenhagen tomou posse no cargo de desembargador do TJMG. Natural de Baependi (MG), ingressou na magistratura em 1988. Atuou como juiz nas comarcas de Conceição do Rio Verde, Aiuruoca, Lavras e Belo Horizonte, onde foi titular da 1ª Vara de Feitos Tributários. O novo desembargador foi presidente da Amagis, no período de 2004 a 2006.

O que os números do relatório processual revelam

Letícia Lima

Mais que visualizar quantos processos foram distribuídos e quantos foram julgados nos últimos dois anos, os Relatórios de Movimentação Processual de 2006 e 2007, que estão disponíveis na intranet, permitem, por exemplo, dimensionar a evolução da demanda e a capacidade de atendimento ao jurisdicionado.

Segundo o presidente do TJMG, desembargador Orlando Carvalho, os dados do relatório servem como parâmetro para serem criadas ou não novas varas. "Consideramos razoável, dentro da nossa realidade orçamentária, que um juiz receba 140 processos por mês. Se a distribuição der o dobro, sabemos que ali precisamos criar nova vara", observa. Entre 2000 e 2007, o número de varas instaladas passou de 558 para 772.

O desembargador Orlando Carvalho observou também que os relatórios se apresentam como um excelente subsídio para que os deputados da Assembléia Legislativa verifiquem a necessidade da apresentação de emendas para a criação de novas varas ou comarcas. "O deputado resolve tecnicamente, sem ter que consultar o Tribunal de Justiça. Ele consulta apenas a informação processual que recebe mensalmente", relata.

A secretária executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional, Maria Nice Fonseca, explica que, "de posse dos dados, como o acervo processual, o número de juízes, taxas e índices, é possível planejar ações, traçar políticas internas e oferecer alternativas às decisões estratégicas do Tribunal". Ela acrescenta que o relatório é um importante instrumento de consulta e apoio gerencial.

Regina Coeli, assessora de Planejamento, diz que o relatório serve para balizar diversos setores, como a Corregedoria-Geral de Justiça. Segundo ela, o setor de

Estágio é um outro exemplo. "O setor utilizou a movimentação processual para definir critérios para estabelecimento do número de estagiários para as secretarias", lembra.

Na prática, o relatório serve tanto de base para intervenções em comarcas como é uma forma de se evitarem novos problemas, segundo afirma Renato Cardoso Soares, secretário de Planejamento e Suporte à Ação Correicional da Corregedoria-Geral de Justiça. "A partir dele, construímos indicadores de desempenho e, com base nisso, identificamos se há acúmulo de processos, atrasos em julgamentos, direcionando ações da Corregedoria", esclarece. Ele ressalta que, nesses casos, pode haver pedidos de informações, inspeções técnicas e até correições.

Dados

Os relatórios suscitam reflexão para solução de eventuais problemas e, de acordo com o gerente do Centro de Informações

para Gestão Institucional (Ceinfo), Dilmo de Castro, serve de alerta para a Administração. "Pode-se verificar que, em 2000, na Primeira Instância, eram 709 magistrados; em 2007, 859, havendo assim um acréscimo de 21% no quantitativo de magistrados. Mas, se confrontarmos com a quantidade de processos que entraram nesse período, houve um aumento de 98%", comenta. Para ele, "fica cada vez mais evidenciada a necessidade de se buscarem caminhos e soluções, como, por exemplo, investimentos em infra-estrutura tecnológica".

O presidente Orlando Carvalho destacou que o Tribunal já vem se modernizando para melhor atender a sociedade, citando o Sistema CNJ (antigo Projudi), iniciado há oito meses no Juizado Especial da UFMG, que agiliza o andamento processual e introduz a Justiça sem papel.

Dilmo de Castro pondera ainda que podem existir fatores externos a impactar diretamente a produtividade dos magistrados e o quantitativo de processos no acervo, citando como exemplo a taxa de recorribilidade. "Pelo relatório percebe-se que o índice de julgamentos diminuiu, mas uma causa disso pode ser o aumento da quantidade de recursos", conclui.

Os relatórios de movimentação processual de 2006 e de 2007 encontram-se disponíveis em Intranet/Consulta/Relatório de Movimentação Processual.

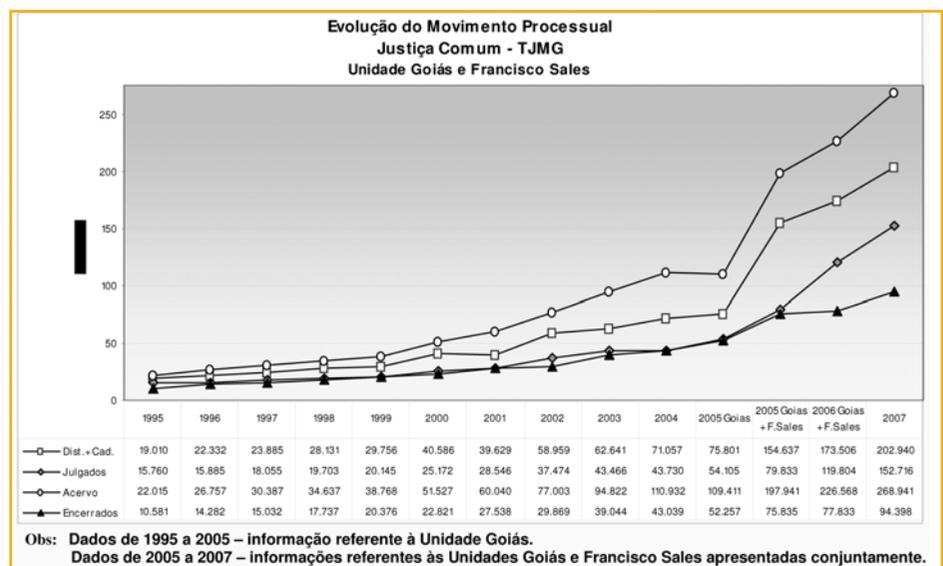


Gráfico presente no relatório de movimentação processual de 2007



O desembargador Francisco Bueno destacou a importância do Fórum Permanente entre Corregedoria e OAB

Corregedoria inova na solução de problemas

Joubert Oliveira

As atribuições da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais vão muito além da fiscalização. Responsável pela Justiça de 1ª Instância, a Corregedoria também possui como função receber as críticas dos cidadãos e buscar a solução de problemas, principalmente em relação à morosidade, excesso de formalidades e acessibilidade da população ao Judiciário, muitas vezes resultantes da legislação vigente.

Por isso, completado pouco mais de um ano de mandato do desembargador José Francisco Bueno como corregedor-geral de Justiça, realizações como a implantação do processo digital, denominado Sistema CNJ (antigo Projudi), na capital, a adoção de novas ferramentas de informática e a realização das primeiras reuniões do Fórum Permanente entre a Corregedoria e a OAB trazem satisfação. Mais que isso, representam o começo de uma realidade mais eficiente para a Justiça de 1ª Instância em todo o Estado.

Novidades na 1ª Instância

O desembargador José Francisco Bueno lembrou, no discurso de abertura da Correição Geral Anual, realizada em Belo Horizonte, em fevereiro, que o Sistema CNJ já é um sucesso no Juizado Especial da UFMG, onde todas as novas ações já são propostas por meio eletrônico. Ele considerou um orgulho para os mineiros a implantação do processo digital - um projeto do Conselho Nacional de Justiça - no Estado. A meta agora é estender o Sistema CNJ para os

outros juizados e também para alguns setores específicos da 1ª Instância. No Juizado Especial do Barreiro, o processo eletrônico foi inaugurado no dia 4 de abril.

O corregedor Francisco Bueno destacou ainda o uso do sistema de malote digital, Hermes, que está em fase de implantação e treinamento e vai interligar os setores do Tribunal de Justiça, assim como os Foros de outras comarcas, tornando as comunicações oficiais entre os órgãos do TJMG mais ágeis e seguras.

Elogiou também as associações dos prestadores de serviços extrajudiciais, Serjus e Recivil, pelo esforço na criação de um banco de dados para registro dos atos que, respeitando recente legislação, podem agora ser realizados extrajudicialmente.

O juiz diretor do Foro, Luiz Carlos Azevedo, aproveitou a oportunidade para anunciar que as habilitações de casamento da Vara de Registros Públicos passam, ainda neste semestre, a ser distribuídas por meio eletrônico e também as ações de execução fiscal das varas municipais. "O processo virtual é a solução mais próxima para nossa Justiça", conclui. Também foi anunciada a mudança de 10 varas para um prédio alugado na Avenida Afonso Pena, o que vai permitir melhor aproveitamento de espaço no Fórum Lafayette.

Encoge

Entre os dias 12 e 14 de março, o corregedor participou do Encoge - Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais de Justiça -, realizado em Belém/ PA. O desembargador Francisco Bueno destacou a preocupação dos corregedores-gerais dos Estados e do Distrito Federal, em sintonia com o corregedor nacional de Justiça, em relação ao cadastramento inicial de todas as serventias judiciais do país. Eles trataram também de temas do interesse de toda a magistratura, com ênfase na gestão moderna do Poder Judiciário, a implantação de sistemas informatizados e a uniformização taxonômica e terminológica, que consiste na padronização da nomenclatura das ações, tabela de assuntos e tabela de recursos.

Fórum Permanente

Outra ação da Corregedoria, anunciada como auxílio para solucionar a questão do excesso de demanda na 1ª Instância, é o Fórum Permanente entre Corregedoria e OAB. Ele foi criado por Portaria Conjunta, em dezembro de 2007, oficializando os debates que já aconteciam desde agosto de 2006. Luiz Carlos Azevedo lembrou que muitos problemas serão resolvidos consensualmente por esse canal de discussão.

Na primeira reunião deste ano do Fórum Permanente, realizada em fevereiro, discutiu-se a questão do acesso dos advogados aos autos durante o prazo comum de recurso, já obtendo propostas consensuais, que serão formatadas para apreciação final dos representantes da Corregedoria e da OAB.

Ficou evidente a grande repercussão do Fórum Permanente em todo o Estado. Na segunda reunião, realizada em março, compareceram advogados de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Montes Claros e Monte Carmelo, sendo que nesta última comarca já foi realizado encontro semelhante, reunindo servidores, juizes, promotores e advogados.

As publicações do *Conhecendo o Judiciário* serão adaptadas para áudio-CD, o que possibilitará a inserção dos deficientes visuais no programa

Interior conhece o Judiciário

Patrícia Melillo

O *Conhecendo o Judiciário*, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, iniciou 2008 com ênfase na interiorização do programa. Em março, ele foi implantado nas comarcas de Viçosa, Divino, Manhumirim e São Domingos do Prata. Neste mês de abril, houve lançamento em Divinópolis, no dia 2, e no dia 17 o *Conhecendo o Judiciário* chega à comarca do Serro.

Com esses lançamentos, já são 47 comarcas do interior que desenvolvem o programa, realizando palestras, júris simulados e visitas orientadas aos fóruns, como recurso para esclarecer a estrutura e o funcionamento do Judiciário. A intenção é contribuir para a formação da cidadania de crianças, jovens e adultos e também desmistificar a imagem de um Judiciário ina-

cessível, distante e conservador. As atividades, tanto na Capital quanto no interior, demonstram que os magistrados estão saindo de seus gabinetes para irem ao encontro da comunidade.

O programa, dirigido para universitários e estudantes do ensino médio e fundamental, assim como para outros grupos organizados da sociedade, iniciou suas atividades em 1999. O *Conhecendo o Judiciário* se desenvolve através de palestras de juízes e visitas orientadas de estudantes à sede do TJMG e aos fóruns.

Para auxiliar as atividades, foram desenvolvidas quatro publicações: "Tudo Legal no Tribunal", destinada ao público infante-juvenil, e "Poder Judiciário em Minas Gerais", "Juizados Especiais" e "TJ Respon-

de", destinadas ao público jovem e adulto. O programa conta, ainda, com um vídeo institucional sobre o Judiciário mineiro.

A fim de atender ao público com necessidades especiais, todas as publicações do *Conhecendo o Judiciário* serão adaptadas para o formato áudio-CD. As "cartilhas faladas" irão possibilitar a inserção dos deficientes visuais no programa. Além disso, o vídeo será disponibilizado com uma edição legendada para atender aos surdos-mudos.

Os lançamentos nas comarcas do interior são realizados mediante solicitação dos próprios juízes diretores de foro. Mais informações sobre o programa podem ser obtidas pelo telefone (31) 3247-8946 ou pelo e-mail conhecendo@tjmg.gov.br.



Seminário discute saúde pública

Patrícia Melillo

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a Secretaria de Estado de Saúde, o Ministério Público e a Advocacia-Geral do Estado realizam, no período de 16 a 18 de abril, o II Seminário *A Judicialização da Saúde*. O evento, que abordará a regulação, os avanços e as políticas públicas de saúde em Minas, será no auditório do Anexo I do TJMG – rua Goiás, 229, Centro.

O seminário será aberto no dia 16, às 19h, pelo presidente do TJMG, desembargador Orlando Carvalho, e pelo secretário de Estado da Saúde, Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva. Participam também da solenidade o procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares; o defensor público-geral, Leopoldo Portela Júnior; o advogado-geral do Estado, José Bonifácio Borges de Andrada; o 2º vice-presidente do TJMG, desembargador Reynaldo Ximenes, e o presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, desembargador José Fernandes Filho.

"Cidadania, direito de acesso e a judicialização da saúde", "Controle jurisdicional dos atos políticos e administrativos na saúde pública", "Regulação, organização do SUS e Pacto pela Saúde" e "A efetividade do direito à saúde no Sistema Interamericano de Proteção" estão entre os diversos temas abordados pelo seminário.

O evento terá como convidada especial a ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmem Lúcia Antunes Rocha, que irá falar, no dia 18, sobre "O Art. 196 da Constituição e a judicialização da saúde". E contará ainda com a participação de desembargadores do TJMG: José Nepomuceno Silva, que preside conferência no dia 17; Vanessa Verdolim, que profere, no dia 17, a palestra "O interesse público na observância do contraditório em ações judiciais para fornecimento de medicamentos ou procedimentos de saúde"; e Geraldo Augusto Almeida, que preside a conferência do último dia do seminário.

TJ substitui "Minas Gerais" por Portal

O Tribunal de Justiça, visando aprimorar o acesso a suas informações oficiais e reduzir custos, vai adotar, a partir deste mês de abril, o Projeto Diário da Justiça Eletrônico (DJe), seguindo determinações da Lei nº 11.419, de dezembro de 2006. As informações oficiais não serão mais publicadas no jornal "Minas Gerais" e passam a ser disponibilizadas somente no Portal TJMG.

Como explica a gerente de Sistemas Judiciais, Maria do Carmo Martins Carneiro, o DJe vai apresentar um novo projeto gráfico, com assinatura digital e opções de consulta idênticas às já existentes no Portal. De acordo a gerente, com o novo formato, haverá economia de gastos com assinatura e papel, uma vez que cada usuário poderá imprimir, se necessário, apenas as informações de seu interesse.

Estabelecimentos penais na mira do Judiciário

Rachel Barreto

No final do ano passado, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou a Resolução nº 47, que determina a inspeção mensal dos estabelecimentos penais pelos juízes de execução penal. A medida não traz grandes novidades do ponto de vista jurídico: seu conteúdo reforça pontos da Lei de Execução Penal, de 1984, especialmente no que diz respeito à competência dos juízes.

Porém, a Resolução tem o mérito de chamar a atenção de magistrados e opinião pública para o assunto num momento em que o sistema carcerário ganha destaque por mazelas causadoras de vergonha e tristeza: superlotação, violência, rebeliões e condições precárias.

Talvez seja este o objetivo: mostrar a preocupação do Judiciário com a questão e com a busca de soluções. "A resolução visa estimular o juiz a se engajar no problema carcerário, mostrar ao juiz que está inerte que ele deve agir, pois seu envolvimento propicia o engajamento da sociedade civil e, talvez, a minoração do problema", afirma o desembargador Alexandre Victor de Carvalho, superintendente de Comunicação e membro da 5ª Câmara Criminal do TJMG.

Prática estabelecida

"As inspeções já eram prática dos magistrados mineiros. Porém, não havia um controle efetivo de sua periodicidade", afirma Renato Cardoso Soares, diretor da Secretaria de Padronização, Suporte ao Planejamento e à Ação Correicional (Sepac),

órgão da Corregedoria-Geral de Justiça. Anualmente, durante as correições ordinárias, já eram exigidas informações sobre as condições dos estabelecimentos, como possível superlotação, existência de celas para mulheres, além de se fazerem recomendações e sugestões. Condições precárias e necessidade de providências são relatadas imediatamente à Secretaria de Estado da Defesa Social (Seds).

No dia 9 de janeiro deste ano, o corregedor-geral de Justiça, desembargador José Francisco Bueno, publicou recomendação para que os juízes "dirijam redobrada atenção às condições carcerárias de todos os estabelecimentos prisionais e penitenciários da respectiva comarca, procedendo à inspeção local e elaborando relatório circunstanciado das condições de carceragem".

De acordo com Renato Cardoso, "todas as providências preconizadas pela Re-



Os juízes devem apresentar sugestões e 'colocar a mão na massa' para realmente mudar o sistema"

solução já estão sendo tomadas, inclusive algumas estão sendo antecipadas", como a produção do formulário-padrão para coleta

Patrícia Melillo



de informações. Os juízes mineiros já estão repassando as informações para a Corregedoria, que irá tabular os dados e enviá-los ao CNJ.

Parceria para obter resultados

A Resolução coloca em foco uma questão fundamental: a necessidade de esforços cooperativos. "A execução penal não é um processo jurisdicionalizado ao extremo, é um processo misto, híbrido", afirma Alexandre Victor. A administração do sistema prisional é responsabilidade do Poder Executivo, que detém a gestão das penitenciárias e de seus funcionários, respondendo pela integridade física e moral dos presos. Já os benefícios e gravames carcerários são de competência do Judiciário.

Através das inspeções, os juízes podem verificar não só as condições físicas dos estabelecimentos, mas se a população carcerária está tendo seus direitos tutelados pela Defensoria Pública, se há possibilidade de conceder benefícios penais – como progressão de regime, livramento condicional e remissão – e, assim, reduzir essa população.

De acordo com dados do Executivo, até 2002 existiam cinco mil vagas em Minas. Entre 2003 e 2007, foram criadas mais treze mil e, para 2008, estão previstas mais cinco mil. O investimento nos últimos quatro anos ultrapassa R\$16 bilhões, o que faz de Minas o Estado que mais investe em segurança pública no país. Esses números mostram grande empenho para tentar solucionar os problemas, acumulados ao longo de décadas.

Rachel Barreto



O juiz Juarez Moraes de Azevedo e a tornozeleira eletrônica: alternativa poderá até mesmo evitar o encarceramento



Cadeias superlotadas e em condições precárias: situação que está sendo mudada com esforços do Judiciário e do Executivo

Marcelo Albert



Cursos profissionalizantes e de artesanato estão entre as alternativas oferecidas pela Apac para a recuperação dos condenados, evitando a ociosidade

Patrícia Meilho



“No que toca ao Judiciário, também estamos fazendo um esforço muito grande. Há problemas, mas estamos tentando resolver”, afirma Alexandre Victor. De acordo com o desembargador, o número de juízes hoje, em Minas, é insuficiente, especialmente na área de execução penal, mas há barreiras ligadas ao orçamento e à Lei de Responsabilidade Fiscal que limitam a criação de novas vagas. “Apesar da sobrecarga de trabalho, os juízes têm feito um esforço hercúleo para ‘dar conta do recado’”, destaca.

Experiência bem-sucedida

“Os juízes devem apresentar sugestões e ‘colocar a mão na massa’ para realmente mudar o sistema”, acredita Juarez Moraes de Azevedo, juiz titular da Vara Criminal e da Infância e Juventude de Nova Lima e membro do Conselho Estadual de Criminologia e Política Criminal.

“Aqui, temos feito de tudo. O problema de Nova Lima está praticamente equacionado”. A cidade já conta com uma unidade masculina da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac), com 86 vagas, e irá começar a construção de uma unidade feminina ainda este ano. Há previsão para a construção de um centro de internação provisória para menores, com 20 vagas (oito femininas e doze masculinas), e de uma nova cadeia.

O juiz destaca a importância da colaboração entre Poder Judiciário, Ministério

Público, Prefeitura, Polícia, empresários e comunidade para a consecução dos objetivos. “Estamos trabalhando juntos para a efetivação dessas medidas, que vão trazer segurança para a cidade e melhores condições para os apenados”.

Outra novidade a ser implantada na cidade nos próximos meses é o uso de tornozeleiras eletrônicas por presos do regime semi-aberto. O projeto, pioneiro em Minas, permitirá monitorar por satélite os deslocamentos dos usuários. A implantação representará economia na administração do sistema carcerário e, num futuro próximo, pode até mesmo ser uma alternativa para o encarceramento. “É outra forma de restringir a liberdade, com o auxílio da tecnologia”, defende Juarez.

Alternativas

O caso de Nova Lima exemplifica os esforços mais gerais que o Judiciário mineiro vem empreendendo para mudar a situação do sistema carcerário. As Apacs, cuja disseminação é promovida através do Projeto *Novos Rumos na Execução Penal*, do TJMG, já estão em 16 municípios e em fase de implantação em outros 64, representando uma bem-sucedida alternativa de humanização do sistema prisional no Estado.

As penas e medidas alternativas (PMAs) também estão crescendo no Estado. Nos 11 municípios que atende, o Programa Central de Penas Alternativas

(Ceapa-MG) monitorou 8.369 medidas em 2007, contra apenas 500 em 2002. Já o Setor de Fiscalização de Penas Substitutivas (Sefips), do Fórum Lafayette, registrou 1.784 beneficiários de penas alternativas em 2007, sendo furto, uso de tóxicos e porte ilegal de armas os delitos de maior incidência. Dados do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas, do Ministério da Justiça, mostram uma das vantagens das PMAs: o baixo índice de reincidência (entre 2 e 12%) em comparação com o das penas privativas de liberdade (entre 70 e 85%).

É importante também investir na prevenção. Em Minas, houve uma redução de cerca de 20% no número de crimes violentos entre 2003 e 2007. Se o número de crimes diminui, temos não só cidades mais seguras, como um ótimo efeito colateral: estabelecimentos penais mais vazios, que oferecem melhores condições de recuperação aos detentos.

Apesar da sobrecarga de trabalho, os juízes têm feito um esforço hercúleo para ‘dar conta do recado’. Há problemas, mas estamos tentando resolvê-los”

Eficiência reconhecida

Nanci Andrade e Juliana Matos

Com a realização de licitações em 2007, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) contabilizou uma economia de 18 milhões de reais, aproximadamente 30%, comparando-se aos preços obtidos com as médias de mercado. O trabalho desenvolvido nessa área está sendo reconhecido nacionalmente. No III Congresso Brasileiro de Pregoeiros, realizado no Estado do Paraná, o TJ conquistou o Prêmio *19 de Março*, na categoria *Pregão*, com maior número de "caronas", ou seja, órgãos públicos que aderiram à licitação do TJ, o que ratifica preço, qualidade e condições de contratação do objeto licitado.

No mesmo congresso, foi lançado o livro *Termo de Referência Nacional*, de autoria do juiz Jair Eduardo Santana, professor e escritor de diversos artigos e obras jurídicas. Na publicação, um termo de referência elaborado pelo TJ foi apresentado como modelo a ser seguido por outros órgãos. O termo cita o referendo à licitação de prestação de serviço de confecção, controle e armazenagem, transporte, distribuição e entrega de selo de fiscalização.

A Diretoria Executiva de Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio (Dirsep) é um exemplo de eficiência na prática desse

novo modelo de gestão administrativa de suporte à prestação jurisdicional. A equipe, composta por 115 servidores, é responsável por garantir o suprimento de bens e serviços, a correção e a legalidade dos procedimentos relativos a contratos firmados pelo Tribunal, o que inclui uma gama de atividades, que vão desde compra de materiais de consumo até licitação de obras de engenharia. "As metas estabelecidas pelo presidente Orlando Carvalho, que englobavam a revisão de todos os contratos administrativos, o saneamento das deficiências na gestão de contratos e a extinção do Contrato nº 414, já resultam em redução de custos para o Tribunal", ressalta a diretora executiva da Dirsep, Selma Michaelsen Dias.

A extinção do Contrato nº 414/2002, que abrangia em um só instrumento serviços de natureza variada e categorias profissionais diversificadas, representou uma redução de, aproximadamente, 50% no quadro de terceirizados. Por sua vez, a nova licitação para suprir os serviços de apoio administrativo e suporte operacional, necessários ao funcionamento do TJ, foi subdividida em sete lotes e gerou uma economia de 22 milhões por ano.

Divulgação



Juiz Eduardo Santana (à esquerda) lança livro e TJ leva prêmio por Pregão para compra de microcomputadores

Pregão

Para o gerente de Compras de Bens e Serviços, Marcelo Seriemma, a modalidade de pregão está consolidada e a adoção do sistema de registro de preço para as compras rotineiras, que não impacta preliminarmente o orçamento do TJ, confere praticidade ao processo e gera economia na aquisição.

De acordo com o gerente de Suprimento e Controle Patrimonial, Henrique Campolina, o contrato firmado com transportadoras dará continuidade ao processo de revitalização das comarcas, com a troca de mobiliário para o novo padrão ergonômico, desenvolvido e aprovado pelo Tribunal. "Todos os esforços na melhoria da estrutura refletem-se na

prestação jurisdicional e fornecem suporte para as atividades do TJMG", acrescenta.

A Assessora Jurídica da Dirsep, Adriana Lage de Faria Navarro, informou que foi incrementada a negociação dos contratos, o que ocasionou, no mínimo, a manutenção dos preços pactuados e, em muitos casos, a redução do valor do contratado.

Os resultados obtidos nas diversas áreas integrantes da Dirsep devem-se, sobretudo, à legalidade de seus procedimentos, que é verificada pela Assessoria Técnica e Jurídica para a Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio (Ascont), e ao trabalho em parceria com todas as áreas, em especial, com a Auditoria Interna (Audit), no sentido de aprimorar e melhorar os procedimentos de licitação e acompanhamento de contratos.

Guilherme Dardanhan



A equipe da Dirsep realizou 130 licitações em 2007, gerando uma economia de 18 milhões

O desafio da inovação

Renata Ferrer

O desembargador Jarbas Ladeira assumiu em março a 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais com o intuito de expandir os projetos inovadores da instituição. Além da atribuição de efetuar, juntamente com o 1º vice-presidente, a análise dos recursos a serem encaminhados ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, o desembargador está à frente da Assessoria de Gestão da Inovação (Agin), responsável por projetos como o Novos Rumos na Execução Penal, as Centrais de Conciliação, as Equipes de Apoio, o Juizado de Conciliação e o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ). Mineiro de Cataguases, o desembargador gosta de aproveitar as poucas horas vagas que tem para jogar xadrez, modalidade na qual já se sagrou vice-campeão mineiro. Às vésperas de completar 37 anos de magistratura, Jarbas Ladeira aceitou a 3ª Vice-Presidência como um novo desafio. Nesta entrevista conta o que se poderá esperar de sua gestão.

Guilherme Dardanhan



Desembargador Jarbas Ladeira é o novo 3º vice-presidente do TJMG

TJMG Informativo – A conciliação vem se firmando como uma das principais metas da Justiça brasileira e mineira. Como o senhor avalia esse momento e o que ainda pode ser feito para que a mentalidade do acordo cresça e se enraíze definitivamente?

JL: Acho que podemos divulgar ainda mais a conciliação. Eu já tive a oportunidade de ajudar diretamente nas Centrais de Conciliação e sei que são uma maneira econômica e mais rápida de resolver questões. Quanto aos Juizados de Conciliação, que são informais, é preciso incentivar a adoção dessa alternativa, ao invés de se buscar sempre a manifestação da Justiça ou a decisão do juiz. Não podemos parar de disseminar a conciliação, temos de dar ênfase à finalidade do acordo.

TJMG Informativo – Uma forma de concretizar isso seria a criação de mais Centrais de Conciliação?

JL: Já estamos fazendo

uma verificação para apurar até que ponto as Centrais estão cumprindo sua finalidade. Precisamos ter um conhecimento completo da situação para podermos agir e corrigir o que não estiver funcionando direito. E, então, veremos se há necessidade de implantação de mais Centrais de Conciliação.

TJMG Informativo – Quais são seus planos em relação aos projetos inovadores do Tribunal?

JL: Já estou estudando cada projeto para identificar se há problemas, onde eles estão e assim equacioná-los. Vamos prosseguir no desenvolvimento do método Apac (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), do PAI-PJ, procurando expandi-los ao máximo. Inclusive, já acertei com o desembargador Joaquim Andrade (coordenador do Projeto *Novos Rumos na Execução Penal*) para fazermos visitas às Apacs em funcionamento em Itaúna, Nova Lima, Santa Luzia e em outros locais. Sei que está em andamento a expansão das Apacs pelo interior e pretendo dar todo o apoio a esse trabalho.

TJMG Informativo – Como o senhor, que foi presidente da Comissão de Tecnologia da Informação por mais de cinco anos, analisa o atual momento do Tribunal nesse setor? O que mais há a fazer no sentido de modernizar a Justiça mineira?

JL: Nós passamos por uma situação atípica, porque tivemos de trocar 80% dos nossos funcionários do setor de Informática, que eram terceirizados. Então houve concurso, posse, treinamento; passamos e ainda estamos passando por um momento de transição. Mas acredito que a situação esteja se normalizando, e podemos agora reforçar a ênfase nos projetos que envolvem a Informática. Nesse sentido, aquilo que puder irei fazer. A ministra Ellen Gracie, quando presidente do CNJ, investiu muito no nosso Tribunal, e temos então que procurar corresponder. Estamos ajudando a desenvolver o Sistema CNJ (ex-Projudi) e o Juizado Especial Cível da UFMG é um exemplo disso: está todo informatizado e já funciona praticamente sem uso de papel. Hoje, a Tecnologia da Informação está nas mãos do desembargador Fernando Botelho, um grande entusiasta da informática, tanto que já foi nomeado para o Comitê Gestor do Sistema CNJ, ao lado do juiz André Leite Praça. O trabalho deles tem sido importantíssimo para a modernização do Tribunal. Acredito que a Tecnologia da Informação da Justiça mineira está em boas mãos.



O serviço está disponível no Portal TJMG através do link [consultas/jurisprudência/acórdãos indexados](#)

Indexação de acórdãos facilita a consulta

Reinaldo M. Gomes

A Jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) conta, desde fevereiro, com novo acervo para consulta no Portal: os *acórdãos indexados*. O procedimento de indexação sintetiza aspectos mais relevantes dos acórdãos, com o detalhamento das informações neles contidas, utilizando vocábulos jurídicos e não jurídicos que possam auxiliar na identificação da temática de pesquisa. Segundo a gerente de Jurisprudência e Publicações Técnicas, Rosane Bastos, das decisões são extraídas informações, tais como referências legislativas, jurisprudenciais, processos relacionados e acórdãos no mesmo sentido, dentre outras, o que "contribui para um resultado de pesquisa mais célere e eficaz".

Desenvolvida pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), por meio da Gerência de Jurisprudência e Publicações Técnicas (Gejur) e da Coordenação de Indexação de Acórdãos (Coind), com o apoio técnico da Diretoria Executiva de Informática (Dirfor), essa nova modalidade de tratamento dos acórdãos é uma inovação no Judiciário mineiro. Além de Minas Gerais, a indexação é utilizada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. O público-alvo é

formado por magistrados e seus assessores e pelos demais operadores do Direito.

Para o 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro, "o acervo de acórdãos indexados proporcionará uma inovação no tratamento e na organização da jurisprudência deste Tribunal". O superintendente destaca que esse trabalho teve início na gestão anterior, do desembargador Antônio Hélio Silva, e terá continuidade na atual administração.

Espelho

As informações relevantes de cada acórdão são apresentadas em um resumo com o nome de *espelho do acórdão*. A sistemática implantada em Minas baseia-se em modelo adotado no STJ. De acordo com a gerente, "esse é o principal diferencial do novo acervo, visando simplificar a consulta de forma qualitativa, sendo também o resultado dos trabalhos de indexação realizados pela Coind", explica Rosane.

Outra inovação, desenvolvida pela Coind, com o apoio técnico da Informática, é uma ferramenta que possibilita a recuperação de dados mediante associação das palavras e expressões

pesquisadas e suas variantes, fazendo com que o consulente não perca a pesquisa por utilizar expressões similares às que constam das decisões. Um acórdão relativo a "colisão de veículos", por exemplo, pode ser encontrado através da busca por "acidente de trânsito".

A Coind já indexou, desde abril de 2007, cerca de 2 mil acórdãos, referentes à parte do acervo publicado a partir de 2006 no Diário do Judiciário, na Revista Jurisprudência Mineira (volumes 178, 179 e 180) e nas Coletâneas de Ementas - Pesquisa Proativa, incluindo, também, os acórdãos autorizados pelos desembargadores para publicação (os chamados "autorizados excedentes"). Essas decisões colegiadas deverão conviver com o acervo tradicional já existente na rede. Uma das estratégias futuras do setor é

indexar os acórdãos por temas mais pesquisados, a exemplo de recentes alterações legislativas e assuntos polêmicos que trazem entendimentos divergentes. O serviço está disponível no Portal TJMG através do *link* [consultas/jurisprudência/acórdãos indexados](#).

Informática

A Dirfor ofereceu a assistência especializada de informática na execução do projeto de criação do banco de acórdãos indexados a partir de uma solicitação da Ejef. Conforme explica a gerente de Sistemas Judiciais Informatizados, Maria do Carmo Martins Carneiro, foi apresentado um protótipo, antes do desenvolvimento do sistema definitivo. "A parte técnica é simples e sóbria", informa a gerente, destacando que o acórdão é um dos principais produtos do TJMG: "Representa um patrimônio intelectual da instituição, acessado pelo público interno e externo", avalia. Maria do Carmo acredita que o trabalho poderá se aprimorar com a contribuição da comunidade pesquisadora.

Outras informações podem ser obtidas pelo telefone 3247-8965 (Coind) ou pelo e-mail coind@tjmg.gov.br.

Palestra inaugura

Circuito de Integração



Antônio Augusto Anastasia falou sobre
"Gestão no Serviço Público"

Vanderleia Rosa

"Administrar é estar, constantemente, diante de vários desafios, críticas e demandas, buscando atender às prioridades. Procuramos sempre chegar ao ideal ou, pelo menos, dar mais um passo para alcançar melhorias, embora não tenhamos dúvidas de que haverá sempre o "por fazer". Essas reflexões fizeram parte do discurso do presidente do TJMG, desembargador Orlando Carvalho, ao abrir, no dia 13 de março, as atividades do Circuito de Integração. O programa é um instrumento permanente de comunicação entre os diversos segmentos da instituição, com a finalidade de difundir ações gerenciais e incentivar a participação de todos nos processos de gestão.

O convidado do dia foi o professor e vice-governador do Estado, Antônio Augusto Anastasia, que proferiu palestra sobre "Gestão no Serviço Público". Ao apresentar o palestrante, o desembargador Orlando Carvalho definiu-o como "um homem de bem". "E não digo isso com intuito de, simplesmente, tecer elogios. Acredito que as pessoas de bem precisam ser valorizadas e reconhecidas publicamente", completou.

Administração Pública

Ao iniciar a palestra, o vice-governador, em consonância com as palavras do desembargador Orlando Carvalho, afirmou que sempre há a sensação de que se tem algo por fazer. "Quanto mais se faz, mais se é cobrado", enfatizou. Lembrou que a Administração Pública, dadas suas dimensões e características, tem uma demanda infinita.

Anastasia falou da importância de se introduzirem mudanças e valores da gestão empreendedora a partir do seu corpo gerencial. Destacou que, historicamente, a Administração Pública nunca foi considerada relevante, ficando sempre em um terreno periférico.

Segundo o palestrante, a inflação viven-

O tema **Administração Pública "passou do porão da casa à sala de visita", mostrando-se uma exigência e passando a constar da agenda nacional**

ciada pelo país durante décadas se tornou inimiga da Administração Pública. Pois a única preocupação era resolver o problema inflacionário enquanto outras questões eram negligenciadas.

De acordo com Anastasia, o tema Administração Pública "passou do porão da casa à sala de visita", mostrando-se uma exigência e passando a constar da agenda nacional. Ele descreveu o quadro encontrado em Minas, em 2002, motivando o chamado "choque de gestão", tendo em vista a desorganização administrativa então vigente e a dificuldade de, naquele quadro, serem implementadas ações governamentais.

O vice-governador enfocou, ainda, a importância de se estabelecerem metas e resultados para que a gestão se torne eficiente e ressaltou a necessidade de se mostrar à sociedade que o governo funciona, atraindo valores e inteligências para o serviço público.

Resultados

Após a palestra, o desembargador Orlando Carvalho apresentou os resultados obtidos no TJMG com base no Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD). Destacou o número de processos distribuídos, julgados e encerrados na Justiça de 1ª Instância, na 2ª Instância e nos Juizados Especiais. Citou mecanismos adotados para a agilização dos serviços prestados, como a diminuição do tempo de tramitação processual e a implantação do processo eletrônico (Sistema CNJ)

nos Juizados.

O evento foi prestigiado por vários magistrados, entre eles o 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro; o 3º vice-presidente, desembargador Jarbas Ladeira; e o presidente do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, desembargador José Fernandes Filho, além de gestores e servidores.

O programa é uma realização da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom), em parceria com a Escola Judicial e com a Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag), do TJMG.

Cronograma

A palestra integrou a primeira fase do Circuito de Integração. A segunda contará com encontros semanais com servidores, terceirizados e estagiários. E a terceira fase será realizada após a conclusão do Redesenho da 1ª Instância, com encontros regionais.

Match point é golpe de sorte no Cineclube TJ

Daniel Oliveira

A sorte reside naquele espaço entre o que se pode controlar e o que não se pode. Para o professor de tênis Chris Wilton, protagonista de *Match point* (2005), ela está no local da rede em que a bola resvala “e, por um segundo, decide se segue para o outro lado ou cai para trás”.

Essa digressão, feita por Wilton logo no início do filme, é a metáfora utilizada pelo diretor Woody Allen para representar os momentos em que a vida de alguém pode seguir para um ou outro lado – o sucesso total ou o fracasso absoluto –, independentemente de sua moral ou caráter. Simplesmente por um golpe de sorte.

Na história, Chris Wilton (Jonathan Rhys-Meyers) é o professor de tênis de classe média que vê no romance com a aluna Chloe (Emily Mortimer) a chance rápida e fácil de ascender socialmente. No meio do caminho, porém, ele

se apaixona pela namorada do irmão de Chloe, Nola Rice (Scarlett Johansson), uma mulher tão voluptuosa quanto instável. Preso na teia criada por si mesmo entre as duas mulheres, Wilton se vê obrigado a fazer uma escolha entre a razão (a riqueza e a estabilidade de Chloe) e a paixão (a química explosiva com Nola).

Ao trocar Nova York, seu cenário habitual, por Londres, os diálogos ágeis de Woody Allen deixam a comicidade em segundo plano, em favor de uma crítica social ferina, em que a capital inglesa ainda obedece a estratos sociais vitorianos. Na análise fria e cínica do caráter de seus personagens, *Match point* é herdeiro de uma tradição literária que passa pelo francês Émile Zola, pelo português Eça de Queiroz e pelo russo Fiódor Dostoiévski – cujo clássico *Crime e castigo* é citado diretamente no filme.

À forte carga moral desses livros, contudo, Woody Allen acrescenta o elemento da sorte, como essa manifestação do inesperado que isenta a vida de um sentido simplista de justiça ou punição. No fim das contas, o cinismo de Allen mostra que a sorte acompanha seu protagonista porque ele é esperto – principalmente para saber que ninguém tem todas as respostas e é por isso que as pessoas confiam em superstições.

Match point será exibido no Cineclube TJ no próximo dia 24 de abril. A sessão será às 19h, no auditório da Unidade Francisco Sales - av. Francisco Sales, 1446, térreo -, com comentários do desembargador Sérgio Braga. Curador da mostra, ele faz apontamentos que relacionam o conteúdo do filme ao universo do Direito e da Justiça.



CLICK DO LEITOR



Patrícia Pereira Silva

A Patagônia é uma região belíssima, com paisagens espetaculares, tanto no lado argentino quanto no lado chileno. As agências locais oferecem diversas excursões e passeios, a partir de cidades como Ushuaia, El Calafate, Punta Arenas e El Chaltén.

É muito gratificante ver a limpeza e a organização dos parques nacionais e os cuidados exigidos pelos guias turísticos, preocupados com a preservação da natureza e com a prestação de um serviço de qualidade.

A partir de El Calafate, na Patagônia Argentina, um dos passeios mais bonitos e impactantes é ao Glaciar Perito Moreno (foto), um dos 356 do Parque Nacional Los Glaciares, declarado, em 1981, Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO. Trata-se do glaciar mais famoso, pois, além de ter uma superfície de 195 km², oferece um fenômeno natural único: a ruptura de imensos blocos de gelo, que caem sobre o rio com um estrondo de trovão – um espetáculo impressionante!

É uma viagem que, realmente, vale a pena, muito linda e prazerosa.

Patrícia Pereira Silva – Cetaq/Unidade Francisco Sales

Para publicar a sua foto no Click do Leitor envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.gov.br.